

O ENTRECruzAMENTO DAS LÍNGUAS NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO: LINGUAGEM E EDUCAÇÃO

ADRIANA DUARTE B. MARIGUELA (UNIMEP/UNICAMP).

Resumo

A historiografia lingüística brasileira constitui-se pela diversidade de gêneros que ultrapassam e perpassam às descrições aos moldes latinos e gramaticais. Muitos registros tais como, anotações, diários de viagem, cartas, ensaios, catecismos, descrições, entre outros, integravam às representações da realidade e conseqüentemente, das relações sociais e educacionais vivenciadas no período da colonização. O conhecimento organizado pela similitude, tal como nos indicou Michel Foucault, organiza as produções intelectual, lingüística e educacional pela ordem da semelhança. No período histórico da Renascença e da colonização, o solo epistêmico moldou-se pelo círculo das similitudes e as relações de saber, as experiências educacionais e as representações lingüísticas foram organizadas pela ordem das semelhanças. A ordenação do mundo, através da construção e da prática de um tipo de linguagem que pretende fazer elo, pela relação de semelhança, entre as coisas e ela mesma, promove a correspondência entre as palavras e as coisas. Como espelho, a linguagem refletia o mundo e as línguas através do sistema de semelhança deveriam ser expressas pela relação existente entre sons, palavras, frases: a oralidade e a escrita se enredam e se dissociam frente à diversidade lingüística e às observações das novas línguas. Os primeiros registros das línguas no Brasil apontam os diferentes níveis de formação e a ampliação do horizonte lingüístico propiciada pela utilização e circulação das gramáticas, das línguas gerais e das línguas vivas. A semelhança, como instrumento epistêmico, possibilita fazer aproximações entre as línguas, à cultura e a educação, revelando a diferença. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho consiste em investigar a partir do corpus da semelhança apontado por Foucault no escrito "As Palavras e as Coisas" o desenvolvimento e entrecruzamento das línguas no período da Colonização, apontando o lugar da linguagem na relação educativa e na constituição do português como língua.

Palavras-chave:

Educação, Língua, História.

A historiografia lingüística brasileira constitui-se pela diversidade de gêneros que ultrapassam e perpassam às descrições aos moldes latinos e gramaticais. Muitos registros tais como, anotações, diários de viagem, cartas, ensaios, catecismos, descrições, entre outros, integravam às representações da realidade logo, das relações sociais e educacionais vivenciadas no período da colonização.

A diversidade lingüística ganhou novos contornos nos contatos e descobertas propiciadas no cenário Renascentista e não obstante fez aflorar políticas e interesses pelas línguas nativas, pela variedade de língua possibilitando uma reconfiguração sociocultural e linguística, assim como encontros e desencontros lingüísticos, instaurando "o processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII de utilizar, como instrumento fundamental para a dominação, línguas indígenas brasileiras" (MATTOS E SILVA, 2004:14). Não nos esqueçamos que a Coroa Portuguesa esforçou-se para conquistar e dominar o novo território, não podendo ignorar a diversidade de línguas que se integravam às nações na nomeada Terra de Santa Cruz: "nesse contexto, estrangeiros em contato com nativos procuraram aprender "a língua", em vez de tentar ensinar a sua, mas ao mesmo

tempo buscaram assegurar, por meio do fomento de guerra, intertribais ou não, o processo em direção ao monolinguismo" (ROSA, 2003:138).

Importante destacar também que somente a partir da publicação do documento, em forma de lei, de D. José I, rei de Portugal, intitulada Diretório dos Índios, em 1758, que a língua portuguesa "impõe-se oficialmente como língua a ser falada e escrita pela nobreza portuguesa, incluindo-se aqui os membros da elite portuguesa nascidos no Brasil" (MARIANI, 2004:20).

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (Diretório, parágrafo 6 apud ALMEIDA, 1997:172-173).

Até o regimento pombalino, o português compareceu efetivamente no cotidiano e na comunicação entrelaçada a outros falares, outros dizeres, outros sons: um contato multilinguístico sustentado não pela lei (redigida) mas pelos variáveis contatos e pelo espantoso universo linguístico. O referido artigo é um bom indicativo e registro das questões lingüísticas e educacionais que perpassavam o cotidiano dos homens no período que se desenrola da Renascença à Colonização.

A história lingüística brasileira não pode desligar-se da constituição das línguas e das nações: há um encontro e um desencontro linguístico que se (des) faz no ato mesmo do contato com o outro, com o diferente, com a tensão e o confronto de forças territoriais e de línguas. "As terras brasílicas fizeram-se a porção mais preciosa do Império colonial português, sem contudo, tornarem-se um imenso Portugal" (VILLALTA, 1997:333). De acordo com Rodrigues (2005), houve redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos e tal redução deve-se ao "efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da "Constituição Cidadã" de 1988".

A primeira política lingüística instaurada na colônia fundamentava-se na premissa do aprendizado da língua. O interesse pela questão lingüística se entrecruza não somente com a necessidade de comunicação, de entender e se fazer entender, mas, também como mecanismo de transformação de costumes, alicerçado no interesse de conversão dos gentios em cristãos. Essa conversão pode ser pensada no tocante à fé e à língua: à fé pelos princípios religiosos da Companhia de Jesus e

à língua, na mudança operante nos elos lingüísticos. Etimologicamente, a conversão associa-se ao "movimento circular, giro". É nesse giro que as questões da língua e do homem se edificam e circulam na constituição do português como língua, um português que, aqui, se trata de um português brasileiro.

Na uniformidade do espaço, o idêntico e o estranho se enredam afinal, no Renascimento, há uniformidade entre "o visto e o lido, o visível e o enunciável" (FOUCAULT, 2007: 59) garantindo um entrecruzamento, uma união entre as palavras e as coisas. No século XVI, havia um interstício e um engendramento entre o colonizador português assim como entre sua língua e a(s) língua(s) indígenas à medida que a própria figura do colonizador, em seu cotidiano, envolvia-se nos diversos falares europeus e na presença das línguas gerais sendo somente nos inícios do século XVII que o português, como língua, prevaleceu. Como nos lembra Villalta,

... até chegar a uma larga difusão, a língua portuguesa percorreu um longo caminho. Viu-se nas décadas iniciais do século XVI, quase esquecida devido à índianização do colonizador português e, ao mesmo tempo, ameaçada pela presença freqüente de outros falares europeus. Depois, curvou-se, com diferenças no tempo e o espaço, à 'línguas gerais' de origem tupi-guarani; além disso, na parte meridional do país (no Extremo sul e no Oeste do Paraná, territórios então jurisdicionados à Espanha, e também em São Paulo na época da União Ibérica), sofreu a concorrência do espanhol. Implacável com as línguas africanas, enfrentou o francês, quando das incursões fugazes na baía de Guanabara, entre 1555 e 1560, e no Maranhão, entre 1611 e 1615; e o holandês, no Nordeste, entre 1630 e 1654 (1997: 334).

Nesse espaço multilinguístico e multicultural, a língua se constrói e se reconstrói em sua própria oralidade e em seu registro escrito. As primeiras anotações e registros do português, incluindo as impressões das terras e gentes brasílicas figuram no século XVI emoldurando o entendimento da linguagem como um elemento cultural.

A linguagem no século XVI - entendida não como um episódio na história da língua, mas como uma experiência cultural global - foi sem dúvida tomada nesse jogo, nesse interstício entre o Texto primeiro e o infinito da Interpretação. Fala-se sobre o fundo de uma escrita que se incorpora ao mundo; fala-se infinitamente sobre ela, e cada um de seus signos torna-se, por sua vez, escrita para novos discursos; mas cada discurso se endereça a essa primeira escrita, cujo retorno ao mesmo tempo promete e desvia (FOUCAULT, 2007: 57).

No retorno, na incorporação do mundo pela escrita, no círculo de marcas, o conhecimento se produz pelos caracteres escritos num texto: a imagem associa-se à palavra escrita de tal modo que uma é outra, diz da outra. A escrita demarca um grande acontecimento na cultura ocidental e as causas e os efeitos do lugar da escrita, no Renascimento, se entrecruzam na circularidade epistêmica: a sua linguagem se constitui e produz um saber alicerçado e partilhado na semelhança que por sua vez, define as possibilidades de saber, pois "numa cultura e num dado momento histórico, nunca há mais que uma *epistémê*, que define as condições de possibilidades de todo saber" (FOUCAULT, 2007: 230).

Absorvendo todos os signos, no espaço circular da Renascença, os discursos, as marcas, os conteúdos, os saberes, as coisas designadas, o seres e os homens não cessam de circular e de 'círculos em círculos', a *epistémê* configura-se, nos moldes

da similitude, pela homogeneidade. Afinal, "os signos se distribuíam de uma maneira homogênea em um espaço que era ele próprio homogêneo, e em todas as direções" (FOUCAULT, 2000: 43) e a significação dos signos não comparecia uma vez que a própria semelhança os enredava.

É nesse movimento circular, nesse espaço epistêmico do Renascimento, nessa rede de signos, que a variedade lingüística está, na Colônia, circunscrito, inscrito e escrito. O ensinamento das línguas e pelas línguas requer investimento sobre os aspectos, doutrinal, político e lingüístico à medida que a (s) própria (s) língua(s) são objetos de investimentos. A própria questão da língua,

... é objeto de uma prática. Essa prática é, ela própria, complexa. Prática de expressão, mais ou menos criativa, ela solicita o sujeito, seu modo de relacionar-se com os outros e com o mundo; prática corporal, ela põe em jogo todo o aparelho fonador. [...] É justamente porque a língua não é em princípio, e nunca, só um 'instrumento', que o encontro com uma outra língua é tão problemático, e que ela suscita reações tão vivas, diversificadas e enigmáticas (REVUZ, 1998:216-217).

Para além de um instrumento, a língua se constitui pelas relações, investida por subjetividades e dessa maneira, também a língua familiar, a materna, se faz e desfaz como outra língua, estranha. O que há de heterogêneo na constituição lingüística das línguas ultrapassam as diferenças, o estranhamento do outro, à medida que contemplam também, no contato lingüístico a homogeneidade e o deslocamento da idéia de que estrangeiro é sempre o outro. O sujeito se vê estrangeiro em sua própria língua: o estrangeiro percorre a língua, atravessa a língua. Assim, "será preciso dizer da multiplicidade dos lábios e não das línguas para nomear a confusão babélica" (DERRIDA, 2006:15), pois "nós próprios falamos uma língua que é estrangeira" (FREUD, 1995:278).

O estrangeirismo, o estrangeiro em língua própria (materna) se alinhavou nesse espaço circular, no jogo dos signos, onde a língua faz-se questão. Sob a harmônica combinação de signos, vozes, textos, conteúdos, coisas vistas e designadas, pela semelhança, algo se constrói e se desconstrói: a diferença se faz pela presença da multiplicidade. Há uma multiplicidade de sons, linhas e escritos que ultrapassa a diversidade lingüística encontrando eco na "multiplicidade de lábios", tal como belamente expressou Derrida. Posto que "os homens fazem as línguas e não as línguas fazem os homens (OLIVEIRA, 1975[1536]:43), há para os sujeitos falantes, uma implicação cujos efeitos se desdobram sobre ele mesmo e seu mundo.

O mundo ocidental presenciou, no cenário renascentista, "a produção das primeiras gramáticas das línguas vulgares: a "questão da língua" compareceu como questão de interesse e suas codificações ocorreram na Itália, na França, na Espanha e em Portugal" (MARIGUELA, 2007:34). Nesse cenário, a língua não mais se sustenta na universalidade, tal como se identificava antes do episódio de Babel, não podendo mais silenciar e a multiplicidade de idiomas cotejava o estatuto de língua(s) materna(s).

Entre línguas, lábios e círculos, o problema da língua se coloca: em meio à multiplicidade como estruturar e sustentar a identidade de um povo, de uma nação e da própria língua? Há algo, um dito e um não dito que precisa ser transposto, transladado. Nesse cenário que perpassa do século XVI até meados do século XVIII com promulgação da política lingüista proposta na reforma pombalina, o multilinguismo[1] desenvolvia-se e alastrava-se no território brasileiro.

O multilinguismo trazia em si a problemática da educação e da tradução. Língua e educação criam seus correspondentes na própria ação de criar, nutrir e cultivar princípios lingüísticos e ao mesmo tempo, culturais. Nesse cenário, a questão da tradução também se impõe: a tradução no século XVI encontrava a possibilidade de uma experiência tornar-se outra, um texto encontrar outros caracteres, onde a experiência primeira era remetida pelo que produzia e assim sucessivamente, sempre arraigada a mais elementar semelhança.

A tradução e seu ato consistiam em algo para além do texto, do escrito a ser traduzido. É certo que há questões de textos, de idiomas, de arranjos lingüísticos de uma língua à outra, como por exemplo, da língua latina para a língua portuguesa, no entanto, parece-me que na tradução está implicado um ultrapassamento das letras, promovendo uma tradução de si mesmo, um reinventar de si aos olhos do outro e ao olhar próprio, o olhar-se no espelho, se encontrar e não se reconhecer. A tradução causa não só uma ruptura no signo, no texto, mas também, uma cisão do sujeito que precisa se pensar, se ver, se ler na língua, na sua língua denominada própria.

Com o episódio de Babel e na era da *epistémê* da semelhança, a idéia clássica da tradução que se arraigava a univocidade, a certa segurança, ou crença, de que a tradução era o instrumento, tão somente o transporte de uma verdade ou de um sentido de uma língua à outra, rompe-se. A própria história de Babel, ou melhor, o(s) texto (s) de Babel, aponta(m), conta(m) "entre outras coisas, a origem da confusão das línguas, a multiplicidade dos idiomas, a tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade *como* impossibilidade" (DERRIDA, 2002:21).

Faz-se necessário traduzir e a *impossibilidade* não se encontra na tradução ou na tradição de Babel, mas na transposição de sentido e de significação de uma língua a outra. O próprio método da tradução é a impossibilidade. Afinal, o que se traduz? O que se transporta?

No ato da tradução, de uma passagem à outra, de uma língua à outra, há insistentemente a presença de um furo, de um furo que traz marcas, faz marcas. Assim como não "se pode negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seu falantes" (MATTOS e SILVA, 2004:17), não se pode negar que mesmo no parentesco entre as línguas algo se estranha.

No círculo clássico, na ruptura e no parentesco, o sentimento de estranhamento, a inquietação, origina-se no encontro com o Outro. No encontro que deixa à margem da língua, o traço desse sujeito que é dito e se diz numa língua. Se há algo que fura, se há algo da *impossibilidade*, do intraduzível de uma língua a outra, há também na língua materna, algo que do sujeito não pode ser traduzido à medida que ele mesmo, muitas vezes, não se sabe no que diz.

Com a língua e pela língua, o sujeito faz um contrato: um contrato com o outro, consigo, com o seu mundo lingüístico. Um contrato sem garantias uma vez que a unidade do sistema lingüístico é formal, aparente, sustenta-se somente na rigidez de sua forma escrita e não na plasticidade da palavra dita. A própria língua em sua circularidade originária, emaranha o sistema lingüístico a ele mesmo e ao sujeito construindo a impossibilidade: de saída, já não é possível sair da língua para falar dela. E nesse sentido, a algo que não cessa de aparecer e desaparecer.

Se a tradução consiste em certa função de fazer passar um enunciado, uma asserção de uma língua (fonte/original) para o seu equivalente em outra língua, a tradução *em-cena* o aparecimento de sentido. A transferência de uma ordem à outra, de um signo a outro, espelha não somente a passagem e o trânsito de uma

língua a outra, mas a própria figura do tradutor que deve estar coberto pelo saber das línguas em questão. Acontece que o tradutor, ele mesmo, pertence a uma língua materna e ao prometer, pela tradução, "um reino à reconciliação das línguas" (DERRIDA, 2002:64) busca se reconciliar *com-sigo* mesmo, com e em sua língua. É a língua mesma que está em questão, não a sua (materna) e a do outro (estrangeira), mas o laço que une não apenas essas línguas, mas o sujeito que se encontra em meio à ruptura dos signos.

A língua estrangeira, a do outro, apresenta-se como um manto, uma veste, que recobre a estranheza que a própria língua do sujeito causa no que é da ordem do intraduzível, o fazendo acreditar que há transparência na linguagem, que tudo pode ser dito e que por isso, é ele mesmo, transparente. A própria linguagem continua sendo estrangeira mesmo quando requer e adquire tradução, do mesmo modo que o sujeito dito/visto e escutado em sua própria língua permanece um estranho, numa rede circunscrita entre o familiar e o desconhecido. E nesse jogo, o sujeito toma a palavra com o desejo de ser em nome dela e por ela nomeado, dito; desejanste de que pela língua, pela palavra possa saber de si, do seu começo e assim, entrar na ordem do discurso. Discurso do signo e do outro.

Envolver-se pela palavra requer um tipo de atravessamento, de separação com os sistemas rígidos de verdades e de constituições lingüísticas que implica num deslocamento entre 'o desejo de um outro lugar e o risco do exílio[2]' (REVUZ, 1998:213). O encontro com a palavra se estabelece pelo laço que se mantém com a *nossa* língua, com a referência e o lugar que esta ocupa no imaginário e nas relações sociais: a língua materna faz inscrição no sujeito. E à entrada na língua há uma produção de significação. Frente à diversidade lingüística, o desenvolvimento e entrecruzamento das línguas no período da Colonização fez ecoar o lugar da linguagem na relação educativa e na constituição do português como língua.

Existe uma relação instaurada entre o sujeito e a língua, há um duplo movimento, de saída de si e de volta a si como também, há um desejo de tradução, um desejo do sujeito de se traduzir e de ser traduzido. "Uma roupagem nativa recobre a forma estrangeira" (STEINER, 2004:80). Forma estrangeira essa que pode ser entendida como a língua estrangeira e também como a relação entre o que é próprio e o que estranha, pois "o círculo no qual o estrangeiro e o nativo, o conhecido e o desconhecido se movem é harmoniosamente fechado" (STEINER, 2005:280). Há uma tradução, um transporte constante nas relações estabelecidas entre nativos e colonizadores assim como, entre nativos e nativos, colonizadores e colonizadores.

E nesse círculo, as línguas e os sujeitos se ligam, produzindo marcas de identidades e diferenças, mesmo em língua materna afinal, a língua nomeada de materna é formada por empréstimos e nesses empréstimos um se faz outro e outro se faz um e, "não somente a ortografia é diversa em diversas línguas, mas também em uma mesma língua se muda com o costume" (OLIVEIRA, 1975[1536]:65).

No tratamento com a linguagem, a questão comunicativa ganha força. Os empréstimos entre línguas comparecem fazendo notar que a(s) língua(s) considerada(s) materna(s) não está ausente ao que é estrangeiro, pois não há impermeabilidade: "toda escrita apresenta uma série de caracteres que lhe são próprios e que pertencem ao grupo social, à língua e à época da qual ela é expressão, mas também ao registro material subjetivo" (HIGOUNET, 2003:15).

Há um entrecruzamento cultural e lingüístico, um entrecruzamento da oralidade com a escrita. O que se promete no contato colonial, na relação colonizadora, não é simplesmente o caminho da bem aventurança, mas uma reconciliação lingüística,

uma identidade: uma promessa de unificação entre gentes e línguas na própria relação do conteúdo com a língua, entre o teor e a língua.

O conhecimento organizado pela similitude tal como nos indicou Michel Foucault, organizou as produções intelectual, lingüística e educacional pela ordem da semelhança. No período histórico da Renascença e da colonização, o solo epistêmico moldou-se pelo círculo das similitudes e as relações de saber, as experiências educacionais e as representações lingüísticas foram organizadas pela ordem das semelhanças. A ordenação do mundo, através da construção e da prática de um tipo de linguagem que pretende fazer elo, pela relação de semelhança, entre as coisas e ela mesma, promove a correspondência entre as palavras e as coisas. Como espelho, a linguagem refletia o mundo e as línguas através do sistema de semelhança deveriam ser expressas pela relação existente entre sons, palavras, frases: a oralidade e a escrita se enredam e se dissolvem frente à diversidade lingüística e às observações das novas línguas.

Vários documentos, textos, registros e escrituras no período colonial, podem ser tomados como referências que nos permite ler a mudança de costume no que tange à língua, assumindo a identidade e a diferença no tratamento da linguagem. Os primeiros registros no Brasil apontam os diferentes níveis de formação e a ampliação do horizonte lingüístico propiciada pela utilização e circulação das gramáticas, das línguas gerais e das línguas vivas.

Assim a semelhança como instrumento epistêmico, possibilita fazer aproximação entre as línguas, à cultura e a educação, revelando a diferença: como bem já anunciou e enunciou Vieira: "a língua portuguesa [...] tem avesso e direito".

Referências

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALTMAN, Cristina. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p.57-84. In: FREIRE & ROSA (orgs). **Línguas Gerais: políticas lingüísticas e catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

DERRIDA, J. **O que é uma tradução relevante?** Trad. Olivia Niemeyer Santos. In: Alfa - Revista de Lingüística, vol.44, n. esp. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2000, p.13-44.

_____. **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas - uma arqueologia das ciências humanas**. 9ªed. (Coleção Tópicos). Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Nietzsche, Freud, Marx. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e Seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Coleção Ditos e Escritos; II, p.40-55. FREUD, S. **O Estranho**. Ed. Stander Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. , vol.XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.272-314.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. Trad. da 10ª Ed. Corrigida Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MARIANI, Bethania. Colonização Linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARIGUELA, A.D.B. **A Grammatica da Lingoagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: marcas de linguagem nas teias da tradição e da ruptura**. In: Revista da ANPOLL/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística. Brasília: UNB, nº2, 2007, p.33-60.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. ALTMAN, Cristina. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p.57-84. In: FREIRE & ROSA (orgs.). **Línguas Gerais: políticas linguísticas e catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

OLIVEIRA, Fernão de. **A Gramática da Linguagem Portuguesa**. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Trad. Silvana Serrani-Infante. In: SIGNORINI (org). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas-SP: Mercado de Letras, São Paulo: FAPESP, 1998, p.213-230.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. In: **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, vol.57, nº2, abril/junho, 2005. Disponível em: www.scielo.org

ROSA, Maria Carlota. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE & ROSA (orgs.). **Línguas Gerais: políticas linguísticas e catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p.133-146

STEINER, G. **Depois de Babel: questões de linguagem e tradução**. Trad. Carlos Alberto Faraco. Paraná: Editora UFPR, 2005.

VANCE, E. Da tradução no pretérito perfeito. In: DERRIDA. **Sobre-tradução**. Trad. Olívia Niemeyer e Paulo Ottoni, 2008, p.23-25.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se Fala e o que se Lê: Língua, Instrução e Leitura. In: **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. I. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organização Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[1] Vale ressaltar que o multilinguismo não cessa com o documento *Directório dos Índios* apenas encontra nesse documento mais uma barreira para transpor.

[2] Emprésto aqui o belo título do trabalho de Christine Revuz (1998).